

Assinado digitalmente por: Osvaldo Homero Garcia
Cordero
Razão: Sou responsável pelo documento
Localização: FAEMA - Ariquemes/RO
O tempo: 16-07-2018 16:02:47



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

MARIANA CRISTINA SOUZA PEREIRA

PLANEJAMENTO DA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS COM PROBLEMA AUDITIVOS: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO PROFESSOR

ARIQUEMES - RO

2018

Assinado digitalmente por: Yuri de Lucas Xavier
Martins
Razão: Sou responsável pelo documento
Localização: FAEMA Ariquemes-RO
O tempo: 13-07-2018 17:37:13

Assinado digitalmente por: LEONARDO ALFONSO
MANZANO
Razão: Sou responsável pelo documento
Localização: FAEMA - Ariquemes-RO
O tempo: 14-07-2018 11:31:16

PLANEJAMENTO DA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS COM PROBLEMA AUDITIVOS: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO PROFESSOR

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial à obtenção do Grau de Licenciada em Educação Física.

Profº. Orientador: Ms. Yuri de Lucas Xavier Martins

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Júlio Bordignon – FAEMA

P4361p PEREIRA, Mariana Cristina Souza.

Planejamento da aula de educação física para alunos com problema auditivo: estratégias metodológicas do professor. / por Mariana Cristina Souza Pereira. Ariquemes: FAEMA, 2018.

41 p.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em Educação Física - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.

Orientador (a): Prof. MSc. Yuri de Lucas Xavier Martins.

1. Educação Física. 2. Libras. 3. Planejamento Didático. 4. Ensino-Aprendizagem. 5. Educadores Físicos. I. MARTINS, Yuri de Lucas Xavier. II. Título. III. FAEMA.

CDD: 372.82

Bibliotecário Responsável
EDSON RODRIGUES CAVALCANTE
CRB 677/11

Mariana Cristina Souza Pereira

**PLANEJAMENTO DA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PARA ALUNOS COM PROBLEMA AUDITIVOS:
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO PROFESSOR**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial à obtenção do Grau de Licenciada em Educação Física.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº. Orientador: Ms. Yuri de Lucas Xavier Martins
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Profº. Ms. Leonardo Alfonso Manzano
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Profº. Esp. Osvaldo Homero Garcia Cordero
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Ariquemes, 07 de Julho de 2018.

Primeiramente a Deus, meus pais e demais familiares.

A meu filho Nicolas por ser a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que não medirão esforços para me auxiliar na conclusão desse curso.

À meu filho Nicolas e esposo Saulo que apareceram nessa caminhada me auxiliando e motivando ao caminho do conhecimento.

Aos meus professores, amigos e colegas por estarem presentes nessa jornada.

À meu Orientador, Prof^o. Ms. Yuri de Lucas Xavier Martins, que me concedeu o grande privilégio de ser sua orientanda.

A todos aqueles que estiveram presente de alguma maneira nessa caminhada.

A todos o meu muito obrigado.

*“[...] Meus olhos são meus ouvidos.
Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. [...]”*

EMMANUELLE LABORRIT

RESUMO

No processo de ensino-aprendizagem é indispensável o planejamento para o uso de estratégias metodológicas, na qual as ferramentas girem em torno da inclusão e contextualização do conhecimento para desenvolvendo a aprendizagem de forma significativa. A educação de surdos sofreu com diversas barreiras durante o desenvolvimento da sociedade, principalmente ligadas a questões religiosas e/ou experimentações científicas sem fundamentos. No Brasil, as conquistas da comunidade surda datam, sobretudo, o período que segue o final dos anos 80 com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a possibilidade do uso da LIBRAS com a Lei Nº 10.436 e Decreto de Nº 5.626. O professor de Educação Física é o responsável por levar ao aluno novas experiências, trabalhar juntamente com a comunidade escolar, levando a possibilidade de desenvolver a capacidade intelectual, bem como psíquica, motora e cognitiva, levando ao lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções. Nesse foco, objetivou-se conhecer como é o processo de ensino-aprendizagem para alunos Surdos no tocante ao planejamento, estratégias metodológicas, inclusão e a aprendizagem significativa nas aulas de Educação Física. Trata-se de uma Revisão de Literatura, considerando como principais suportes teóricos as Legislação Pertinentes como a LDB, PNE, PCENEM e BNCC. Considera-se que no processo de ensino-aprendizagem a inclusão tende a trazer mudanças no atual mapa da educação, onde a verdadeira cidadania é exercida por todos e as diferenças são respeitadas e a inovação profissional busca resolver problemas pedagógicos.

Palavras-Chave: Educação Física, Educadores Físicos, Ensino-aprendizagem, LIBRAS, Surdo.

ABSTRACT

In the teaching-learning process, it is indispensable to plan for the use of methodological strategies, in which the tools revolve around the inclusion and contextualization of knowledge to develop learning in a meaningful way. The education of the deaf has suffered from various barriers during the development of society, mainly linked to religious questions and/or unwarranted scientific experiments. In Brazil, the achievements of the deaf community date mainly to the period that followed the end of the 1980s with the promulgation of the 1988 Federal Constitution and the possibility of using LIBRAS with Law No. 10,436 and Decree No. 5,626. The Physical Education teacher is responsible for bringing the student new experiences, working together with the school community, leading to the possibility of developing intellectual, as well as psychic, motor and cognitive capacity, leading to leisure, expression of feelings, affections and emotions . In this focus, we aimed to know how the teaching-learning process for Deaf students in planning, methodological strategies, inclusion and significant learning in Physical Education classes. This is a Review of Literature, considering as main theoretical supports the Relevant Legislation such as LDB, PNE, PCENEM and BNCC. It is considered that in the teaching-learning process the use of inclusion tends to bring changes in the current map of education, where true citizenship is exercised by all and differences are respected and professional innovation seeks to solve pedagogical problems.

Key Words: Physical Education, Physical Educators, Teaching-learning, LIBRAS, Deaf.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCENEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
CBDS	Confederação Brasileira de Desportos de Surdos
ICSD	<i>International Committee of Sports for the Deaf</i>
IPC	<i>International Paralympic Committee</i>
IOC	<i>International Olympics Committee</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
PROUNI	Programa Universidade para Todos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	14
OBJETIVO GERAL.....	14
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 METODOLOGIA	15
4 REVISÃO DE LITERATURA	16
O PAPEL DOS EDUCADORES FÍSICOS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM.....	16
CONHECENDO A SURDEZ	18
LEGISLAÇÃO PERTINENTE PARA SURDOS: SEU DESENVOLVIMENTO EM UM CONTEXTO HISTÓRICO.....	20
OS INSTRUMENTOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM SURDEZ	25
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UM DESAFIO DENTRO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	29
UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: O PAPEL DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA SURDOS.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Ao se estruturar um processo de ensino-aprendizagem inclusivo, um modelo contextualizado deve ser proposto por meio da cooperação social, visando seu desenvolvimento, ou seja, de uma forma ativa, dialógica, interativa e integradora, de forma que a comunidade escolar seja ativa. A inclusão tende a trazer uma mudança no atual mapa da educação, onde a verdadeira cidadania é exercida por todos, onde as diferenças são respeitadas, a inovação profissional busca resolver problemas pedagógicos. (BRASIL, 2000).

Considerando o processo de desenvolvimento social e cultural os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCENEM) a exemplo dispõe a proposta de referências para direcionar e organizar a metodologia de ensino-aprendizado, na qual se objetiva o desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos, vistas na capacidade de se integrar e interagir com o mundo. Abordando desse modo, na habilidade da escola de se embasar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), Resoluções, Plano Nacional de Educação (PNE), Pareceres e, sobretudo, a Constituição Federal. Trata-se, portanto, de um processo histórico que vem desde o período de Colonização e hoje buscam melhorias para toda a população.

O profissional da Educação Física é o responsável por conduzir novas experiências ao estudante. De forma conjunta, trabalhar com a comunidade escolar, viabilizando o desenvolvimento intelectual, assim como psíquico, motor e cognitivo, levando ao lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções. (BRASIL, 2000).

O processo de ensino-aprendizagem para o indivíduo Surdo no Brasil, de acordo com Soares (2015), é uma construção que ocorre por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e também por meio da oralização (fala), para tanto muitas das vezes acaba se deixando de lado o ato educativo curricular. Em vista disso, muitas vezes acaba-se preocupando apenas com a capacidade de comunicar do aluno, sendo um dos problemas encontrados no processo de ensino-aprendizagem. Com o diálogo acontece à possibilidade de convívio social, por meio dele ocorre à probabilidade da expansão de grupos e o desenvolvimento da aprendizagem, assim, torna possível o desenvolvimento de um trabalho inclusivo. Por exemplo, o uso da LIBRAS, diferente da oralização, possibilita a inclusão dos

Surdos na educação, por meio de uma língua própria, viabilizando a reflexão deste. Já a oralização, busca interpretar a língua falada pelos ouvintes, para o Surdo usar a LIBRAS ao invés da oralização é muito mais adequado. A oralização acaba limitando os Surdos aos grupos mais próximos de seu convívio, além de ser mais difícil e proporcionar certo desconforto corporal ou emocional no processo de aprendizagem da fala limitando o processo de comunicação e o processo de ensino-aprendizagem.

Praticamente todas as atividades aceitam a participação de Surdos, são incorporados apenas determinados ajustes de técnicos, por exemplo, a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), hoje trabalha com diferentes modalidades como Futsal, Handebol, Natação, Boliche e Judô, entre inúmeras outras. Os Surdos possuem eventos próprios, apesar da pouca visibilidade. Um ponto importante é que os Surdos não participam dos Jogos Paraolímpicos, isso segundo a CBDS é uma decisão tomada em conjunto o *International Committee of Sports for the Deaf (ICSD)*, *International Paralympic Committee (IPC)* e o *International Olympics Committee (IOC)*, por questões relacionadas ao orçamento das Paraolimpíadas e Surdos entenderem que não são pessoas com deficiência, em particular na capacidade física. (CBDS, 2018).

Conhecer os problemas, necessidades e aspirações dos envolvidos na Educação é indispensável. Além disso, conhecer como o processo de ensino-aprendizado, juntamente com planejamentos e estratégias metodológicas é essencial para os estudantes Surdos. A perspectiva histórica, as legislações e principais propostas na abordagem no processo de ensino-aprendizagem para Surdos, a importância da LIBRAS, bem como seu papel nas aulas de Educação Física e o preparo de professores para a abordagem com este público.

Assim, o processo de ensino-aprendizagem é constituído e construído a partir de inúmeras tangíveis. Deve-se trabalhar de forma inclusiva, com equidade e, sobretudo, ressaltar os direitos de cada pessoa de forma precisa e acima de tudo democrática. Além de considerar suas subjetividades em meio a uma aprendizagem significativa. Nesta perspectiva, é fundamental dispor das abordagens, assim como das estratégias metodológicas, sendo estes os principais problemas enfrentados pelos docentes e dos estudantes com deficiência auditiva, delimitando trabalhos que visem melhorias para a comunidade estudantil, possibilitando o acréscimo do

conhecimento a profissionais que buscam especializações em sua profissão, melhorias em suas competências e habilidades, além de conhecer os problemas enfrentados por esse grupo. Pode-se destacar que não se encontrou outras contribuições como o mesmo foco. Nesse sentido, este trabalho trará contribuições importantes à comunidade acadêmica, assim como para professores e cuidadores que trabalham diretamente ou indiretamente com o público Surdo, disponibilizando dados para pesquisas futuras, ampliando os conhecimentos acerca da inclusão dos Surdos nas aulas de Educação Física.

2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Apresentar o processo de ensino-aprendizagem para alunos Surdos no tocante ao planejamento, estratégias metodológicas, inclusão e a aprendizagem significativa nas aulas de Educação Física.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ressaltar a importância do contexto histórico, das legislações e principais propostas na abordagem no processo de ensino-aprendizagem para Surdos.
- Descrever a importância da LIBRAS, bem como seu papel nas aulas de Educação Física;
- Identificar os problemas enfrentados por educadores e, por alunos com deficiência auditiva.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão de Literatura, buscando uma maior familiarização com a coleta de dados realizada por levantamento bibliográfico. Na concepção de Gil (2010), o pesquisador trabalha com a observação sistemática, buscando dar maior visibilidade ao problema e descrever as opiniões, atitudes e crenças de uma população, utilizando como instrumento, principalmente, depoimentos, entrevistas, textos científicos e documentos.

As ferramentas de pesquisa foram, constituídas, principalmente, de livros e artigos científicos, bases de dados eletrônicos como *Scientific Electronic Library Scielo* (*Scielo*), Google Acadêmico, Base de Teses da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e, ainda, do acervo da Biblioteca Júlio Bordignon e Minha Biblioteca da Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA).

A escolha da pesquisa com base bibliográfica se fundamenta na busca de informações com abordagem nas considerações, funções e princípios básicos do meio educacional, do planejamento, das estratégias metodológicas, da inclusão e da aprendizagem, uma vez que se considera esse um tipo de pesquisa de aprofundamento da realidade deste grupo focal.

4 REVISÃO DE LITERATURA

O PAPEL DOS EDUCADORES FÍSICOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Atualmente a educação pública progride de forma integrada, haja vista que os indivíduos contribuem para o desempenho da organização na qual se encontra. Nesse ponto de vista, a educação escolar desenvolve um apoio para estruturar a ação social, agregando a postura da democratização da educação, a qual permite que todas as ideias e reflexões sejam desenvolvidas em um processo de gestão mais humanizada, para o bem social, um lugar democrático e de uma sociedade mais participativa e inclusiva. (CARVALHO, 2017).

A relação Aluno-professor é essencial no processo de ensino, o professor é o responsável por articular a construção do conhecimento na sala de aula. Cabe a ele observar e interpretar o ponto de vista de cada aluno, para que ocorra uma boa comunicação entre ele e a sala, assim como, fazer com que os alunos interajam entre si, com uma boa comunicação e sem prejudicar uns aos outros. Portanto, o trabalho docente se da com uma visão social na qual se possibilita uma reflexão teórica e prática do que deve ser melhorado ou aprimorado no contexto escolar, possibilitando uma aprendizagem significativa. (LOPES, 2011).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2016), as distintas realidades educativas e sociais implicam diferentes percepções dessas informações e diversas propostas de ação pedagógica. Desse modo, almeja-se que o professor consiga alcançar o ensino desejado através do redirecionamento da metodologia, fazendo com que o aluno conheça o meio ao seu redor com seus conceitos, métodos e linguagens; facilitando o desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes e aprimorando sua visão crítico a respeito das temáticas do contexto atual.

Segundo Libâneo (2015), o papel dos educadores, portanto, se estabelece em dois pontos, o primeiro na formação cultural e científica, e o segundo considera-se a importância da diversidade sociocultural do educando, na qual se estabelece a partir dos trabalhos desenvolvidos e da sua função na vida cotidiana do aluno. O papel da escola é estruturar a formação cultural e científica em meios de atividades socioculturais, buscando construir valores, capacidades e aptidões, em meio a

contextualização do conhecimento teórico-científico. Já o professor tem o papel de interligar os conhecimentos dos alunos com sua vivência, ou seja, trabalhar com a interdisciplinaridade e contextualização em meio a práticas que levem ao aluno melhor desenvolvimento de sua comunicação e relação interpessoal em meio a conceitos e práticas socioculturais.

O papel dos educadores é indicado, ainda, na concepção de Libâneo (2015), como as características das transformações dos profissionais, características como os conhecimentos, comportamentos, habilidades, atitudes e valores que se relacionam a subjetividade dos professores, o que reflete em sua didática pedagógica. Portanto, o papel do educador se estabelece a partir das necessidades sociais e individuais do meio no qual o processo de ensino-aprendizagem está inserido.

Assim, o indivíduo com qualquer idade sofre pelas influências do mundo, sejam físicas e/ou emocionais ou, ainda, com as experiências do passado. O ensino se torna possível quando se observa diferenças no comportamento dos alunos, ou seja, quando o educador consegue chegar ao objetivo desejado, o que vai ser relativo a subjetividade formadas nos sujeitos, atitudes e comportamentos vão se formando ao padrão social, valores e a moral são incorporados e o saber acrescido. (MÜLLER 2013).

Ainda, cabe ressaltar, o papel da família na escola, que é de suma importância. Este varia, algumas têm participação ativa na educação dos filhos, ou seja, buscam estarem presentes no processo de ensino-aprendizagem, contribuem com as metodologias de ensino e buscam melhorias para a escola. Já outras deixam para os gestores e professores essa incumbência. A família contém a obrigação de colaborar para o desenvolvimento dos alunos, ressaltando, quando se trata da educação especial. (BRASIL, 2000).

Consequentemente, nesses diferentes espaços, ocorre o processo de comunicação, na qual a visão se baseia na gestão político-ideológica e deve ficar entendido que a educação se configura cada vez mais na lei de oferta e procura. Nesse sentido, a comunicação se estabelece como meio de aperfeiçoamento e facilitador das relações sociais, sendo as mensagens transmitidas de forma a causar impactos e comoção da massa popular levando a transformações sociais. (LOPES, 2011).

Sendo assim, trata-se, de uma logística compartilhada viabilizada pela

regulação de toda a comunidade escolar, na qual todos são gestores sempre estão avaliando e buscando melhorias para a escola. Trata-se de uma rede de relações com funções diversificadas, na qual poucos ocupam o status de administradores, e o conjunto busca ações e estratégias para o funcionamento e desenvolvimento organizacional, onde os espaços escolares e suas funções ganham um caráter híbrido. (COLL, 2015).

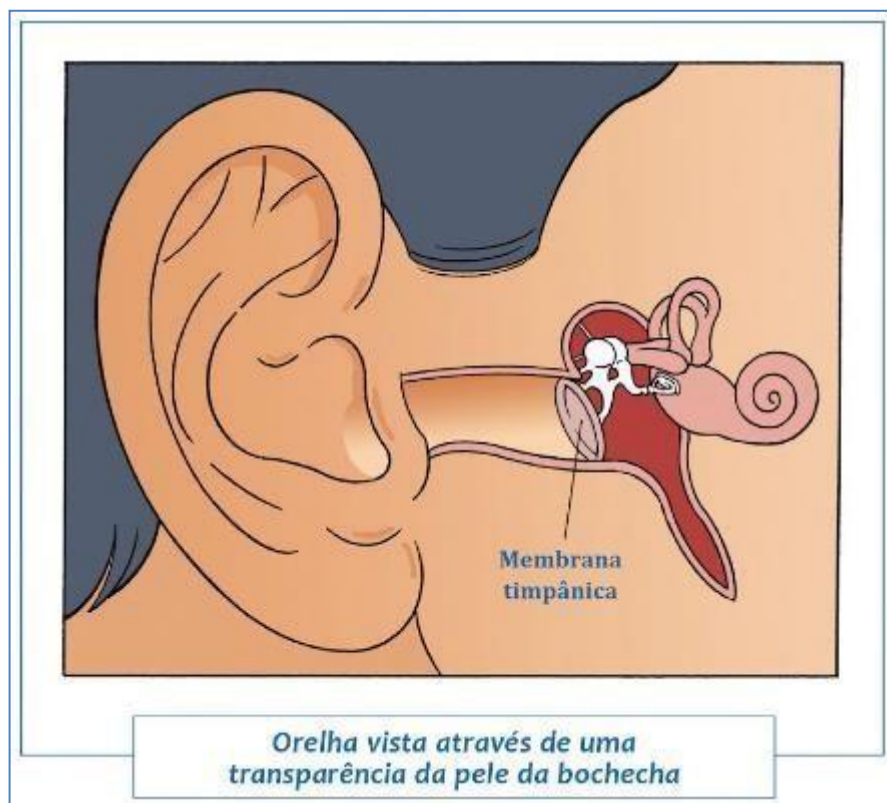
Assim, a visão escolar tem um papel importante na sociedade, às pessoas olham e procuram entender a sua função. Podemos concordar que a economia, o conhecimento e a construção dos valores, são trabalhados dentro da escola, e que o desenvolvimento da pessoa depende da comunidade que está inserida. Deste modo, a perspectiva democrática busca a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A comunidade escolar passa a fiscalizar, participar e contribuir com as atividades realizadas dentro da escola. O professor é o responsável por estimular o interesse dos alunos por querer aprender, buscar metodologias para o processo de ensino-aprendizagem que sejam inclusivas, democráticas, justas e que trabalhem com equidade e justiça. (BRASIL, 2006).

CONHECENDO A SURDEZ

No processo de ensino-aprendizagem deve-se considerar, em uma sala de aula, a subjetividade dos indivíduos, os problemas presentes no meio e seus anseios. É importante utilizar metodologias dinâmicas e diversificadas, que se desenvolvam de forma inclusiva, visando o uso de ferramentas que possibilitem uma melhor troca de informação e levem a uma aprendizagem significativa para todos. Desse modo, para iniciar o estudo sobre a educação de Surdos devem ser ressaltadas características biológicas, sociais, culturais e linguísticas, visando desenvolver um trabalho pedagógico de excelência. (HONORA, 2015).

Capaz de identificar e reconhecer sons, nós nos diferenciamos dos outros animais pela capacidade de comunicação. O sistema auditivo é de suma importância para o equilíbrio do corpo humano. Formado pela orelha (capta onda sonoras e conduz), membrana timpânica (encaminha os sons), três ossos que servem para manter a estrutura do sistema o martelo, a bigorna e o estribo (nomes dados pelas semelhanças com as ferramentas), labirinto (responsável pelo equilíbrio do corpo), cóclea (receptor auditivo), tuba auditiva (ligação entre a orelha, nariz e garganta) e o

nervo auditivo (transmite informações ao cérebro) (HONORA, 2015). O sistema auditivo pode ser representado como na figura a seguir:



Fonte: Honora (2015).

Figura 01 – Sistema Auditivo

O Decreto de Lei 5.296 determina como deficiência auditiva a perda de ambos os lados, em partes ou totalmente, de aproximadamente quarenta e decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”, essas pessoas tem o direito por acessibilidade e inclusão. (BRASIL, 2004).

A Deficiência Auditiva, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), senso de 2010, acomete, aproximadamente, 10 milhões de brasileiros, correspondendo 5% da população total, dos quais: 4% afirmam não conseguir ouvir de forma alguma, 18% tem grande dificuldade de ouvir e 78% possui alguma dificuldade de ouvir. (BRASIL, 2010).

As causas da surdez são muito variáveis, Honora (2015) destaca o excesso de cera, perfuração da membrana timpânica, infecções de ouvido, perda de audição por ruídos, assim como questões genéticas que vem desde o nascimento ou se

desenvolver durante a vida. Ainda, destaca que existe uma diferença entre os termos Surdes e Deficiência Auditiva, a pessoa surda não consegue compreender a fala por meio da audição, já o sujeito com deficiência mesmo com audição prejudicada consegue compreender a fala. Deve ficar claro, a pessoa com surdez mesmo, que muita das vezes não fala, não apresenta problemas nos órgãos fonoarticulatórios.

Quando ressaltamos as características das pessoas com surdez, ainda, se destacam questões sociais, culturais e linguísticas. Trata-se de um contexto histórico que se desenvolve desde o Brasil Colônia e, ainda, tem um grande caminho pela frente. Atualmente as legislações e ações muito têm ajudado as pessoas com deficiência, no entanto, existe grande déficit, principalmente, nas questões de acessibilidade. Por exemplo, se destaca a falta de sistema de sinais ou disparate nos meios de comunicação e diferença cultural nas diferentes regiões do país. (SOARES, 2015).

É através da linguagem que nós apropriamos da cultura do mundo, construímos nosso entendimento sobre o universo, e estabelecemos relações socioafetivas com as pessoas de nosso convívio. À linguagem tem um papel predominante na construção do ser humano, através dela nos comunicamos e expressamos nossas opiniões e sentimentos. (REGO, 2014).

LEGISLAÇÃO PERTINENTE PARA SURDOS: SEU DESENVOLVIMENTO EM UM CONTEXTO HISTÓRICO

A escola atual busca utilizar projetos, ações e práticas que tenham em vista de uma forma específica a participação de todos, abrangendo e habituando às necessidades, competências e seus interesses em meio a metodologias inovadoras. Utiliza-se dos recursos da escola ou busquem novas ferramentas para o processo de ensino-aprendizagem, sendo que a Gestão Democrática se faz presente, buscando o desenvolvimento de cidadãos conscientes aptos para agir no meio social de forma ética, honesta e digna, desenvolvendo sua subjetividade, garantindo assim, sua sobrevivência no meio social. (BRASIL, 2016).

Considerando o processo de desenvolvimento social e cultural, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCENEM) a exemplo dispõe a proposta de referências para direcionar e organizar o processo de ensino, o qual direciona o

desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos, vistas na capacidade de se integrar e interagir com o mundo. Tratando dessa forma, a capacidade de organizar no ambiente escolar seguindo a LDB, Resoluções, PNE, Pareceres e, sobretudo, a Constituição Federal. Trata-se de um processo histórico que vem desde o Brasil Colônia.

Até o século XII os Surdos não eram bem vistos na sociedade, se considerava que eles não podiam e não conseguiam pensar, não eram considerados como humanos. Essa concepção é mantida desde o período romano, não eram aceitos em festas, reuniões, escolas e dentro da família geralmente eram excluídos. Por não falarem, não se confessavam e foram discriminados por não se confessarem, contudo, muitos foram comparados a monges que viviam em clausura, surgindo assim gestos básicos para comunicar-se. (HONORA, 2015).

Segundo Carvalho (2017), senhores feudais conduziam os filhos Surdos a monastérios para aprender com monges e ter direito aos domínios de seus pais. O monge Pedro Ponce de León é considerado o professor que iniciou na escola a educação para Surdos, em um dos seus trabalhos, em conjunto com seus estudantes Surdos, destaca-se a criação do primeiro alfabeto manual com a finalidade de preencher a falta da fala dentro da comunicação oral. Seus alunos apresentaram conhecimento considerável em disciplinas como matemática, história e filosofia.

Ainda, o mesmo autor destaca entre as principais contribuições para a educação de Surdos no mundo no século XVIII o abade Frances Charles Michel de L Epee que criou a primeira instituição educacional para Surdos. Tal instituto teve muitos contribuidores, no ano de 1814, Jean Marc Itard (médico cirurgião) e Philip Penil (pai da psiquiatria) elaboraram a extirpação da surdez, método marcado pelos maturados ao Surdo, tentativas falhas da construção do conhecimento sem o uso dos sinais. Em 1894, em Washington, Estados Unidos, inaugurada a primeira faculdade para alunos Surdos a Universidade de Gallaudet. É importante destacar que, no ano de 1876, Alexander Graham Bell criou o telefone na tentativa de criar um aparelho de audição para Surdos. O segundo congresso mundial de Surdos, no ano de 1880, em Milão, na Itália, marca um período de 100 anos de oralismos, na qual 54 representantes de diferentes países votam que essa é a melhor forma para o ensino de Surdos. Somente a partir de 1970 um método que interligava língua oral e sinalizada votou a ser empregado e a partir dos anos 2000 o bilinguismo (a língua

de sinais como língua materna, e a língua dos pais em sua forma escrita) passou a ser usada em diferentes países.

Deve-se destacar, em tal contexto, que foram exercidas inúmeras tentativas sem êxito de desenvolver atividades através do oralismo. Mesmo que os trabalhos tivessem boas finalidades, desejassem melhorias e defender a sociedade, e realizados com bases religiosas ou científicas, eles prejudicavam os Surdos. Experimentos que levaram a perfuração de ouvidos ou a criação de instrumentos fantasiosos para ligar o ouvido com as cordas vocais. Na crença que a confissão dos pecados só era possível pela fala, costumes que levam a proibição do diálogo por gestos, em casos que Surdos foram amarrados ou sofreram mutilação das mãos. (FERNANDES, 2012).

No Brasil a educação especial para pessoas com deficiência auditiva foi construída vagarosamente e, ainda hoje não atende a demanda necessária. Iniciou-se através do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos onde atendia uma pequena parte da população. Fundada em 26 de setembro de 1857, através da Lei de Nº 939, o Instituto teve como primeiro diretor o educador francês Eduard Huet, denomina-se atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que têm como objetivos a produção de e divulgação de achados científicos no âmbito nacional da surdez, além de estimular a Política Nacional de Educação. (INES, 2018).

A educação para Surdos no Brasil, segundo Soares (2015), é uma concepção que ora se dá em meio à Língua de Sinais (gestos) e ora se dá por meio da oralização (fala). Para tanto, muitas das vezes acaba se deixando de lado o ato educativo curricular, se preocupando apenas com a capacidade de comunicar do aluno, sendo esse um dos problemas encontrados no processo de ensino-aprendizagem. Com o diálogo acontece a possibilidade de convívio social, por meio dele ocorre a probabilidade da expansão de grupos e o desenvolvimento do saber, assim, tornando plausível o acréscimo de um trabalho inclusivo. Por exemplo, no contexto de alunos Surdos a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) diferente da oralização, possibilita a inclusão dos Surdos na educação, por meio de uma língua própria, possibilitando a expressão de qualquer ideia. Já a oralização busca interpretar a língua falada pelos ouvintes, para o Surdo é mais indicado usar a LIBRAS ao invés da oralização, que acaba limitando os Surdos, aos grupos mais próximos de seu convívio, além de ser mais difícil e proporcionar certo desconforto (corporal ou emocional).

Com a Nova República (1985) os profissionais da educação passam a se organizar em sindicatos, entidades científicas, associações, congressos, fóruns e movimentos populares. Na busca de melhorias para o trabalho e para a sociedade em geral, desenvolvendo trabalhos científicos, projetos de lei, movimentos como congressos, greves e paralisações, ainda, o PNE. Garantindo o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, visando uma sociedade justa, democrática e igualitária. (BRASIL, 2006).

Dentro da área da educação, no que se refere aos direitos da população Surda, a partir de 1988, com a Constituição Federal que os Surdos passam a ter o acesso a educação garantida por lei. No artigo Nº 205 fica explícito que a educação é direito de todos, garantindo desenvolvimento satisfatório do sujeito, a cidadania e a prontidão para o trabalho. (BRASIL, 1988). Entretanto, somente em 1994, através da Portaria do Ministério da Educação (MEC) Nº 1.793 é recomendado à inclusão de conteúdos para viabilizar o atendimento das necessidades dos portadores de deficiência dentro da construção do conhecimento. (BRASIL, 1994).

Em 1996, com a publicação da Lei de diretrizes e bases d (LDB Nº 9.394), se torna obrigatório o atendimento a educadores portadores deficiência na rede pública, decorrente a apoio técnico e financeiro. (BRASIL, 1996). Com o decreto de Nº 3.298, em 1999, o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiências passa a ter modalidade transversal em todos os níveis de ensino, passando ser integrada ao ensino regular. (BRASIL, 1999a). Ainda, em 1999, é instituído às diretrizes curriculares nacionais (DCN's), através do Conselho nacional de educação (CNE/CEB) Nº 4, a educação profissionalizante e técnica. Deixando claro que a certificação dos profissionais deve ser baseada em suas competências (BRASIL, 1999b).

Soment e em 2001, com a Resolução CNE/CEB Nº 2, é instituído DCN's para a Educação Especial no Ensino Básico. Deixando claro que existe a obrigatoriedade das escolas em atender as necessidades desses educandos, assegurando o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001a). No mesmo ano o Parecer CNE/CP Nº 9 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior no curso de licenciatura plena entra em vigor. (BRASIL, 2001b). Ademais, o Parecer CNE/CEB Nº 17 sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, visando a garantia do direito a educação e explorar as potencialidades desses educandos. (BRASIL, 2001c).

O ano de 2002 é um marco para a educação de Surdos no país, com a promulgação da Lei Nº 10.436 que dispõe sobre a Língua LIBRAS. Reconhece-se a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados. (BRASIL, 2002). Segundo Cassiano (2017), o reconhecimento da LIBRAS dentro da sociedade brasileira trouxe consequências positivas para comunidade surda, garantindo direitos fundamentais, a possibilidade de comunicação e acessibilidade, principalmente, em locais públicos, onde ocorre a difusão da LIBRAS em meio a comunicação objetiva.

Com a Portaria Nº 3.284, em 2003, as pessoas com deficiência ganham o direito a acessibilidade a cursos de nível superior. (BRASIL, 2003). O Decreto Nº 5.296 impõe orientações e critérios básicos a fim de promover o acesso do sujeito portador de deficiência ou mesmo mobilidade limitada. (BRASIL, 2004). No ano de 2005, com a instituição do Programa Universidade para Todos (PROUNI) pessoas com deficiência entram no sistema de cotas e podem concorrer a bolsas integrais. (BRASIL, 2005a).

Ainda em 2005, o Decreto Nº 5.626 inclui a LIBRAS é estabelecida como matéria curricular obrigatória na formação superior de docentes. (BRASIL, 2005b). Em 2007, o Decreto Nº 6.094 insere o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, garantindo a inclusão no ensino público. (BRASIL, 2007). Em 2008, pelo Decreto legislativo Nº 186, é aprovado o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Este garantiu o direito e a proteção de pessoas com deficiência. (BRASIL, 2008). O Decreto legislativo Nº 186 é promulgado, em 2009, pelo Decreto executivo Nº 6.949. (BRASIL, 2009a).

Como a Resolução do MEC CNE/CEB Nº 4 institui-se a obrigatoriedade das escolas receberem alunos portadores de deficiência nas classes do ensino regular, assim como no Atendimento Educacional Especializado (AEE). (BRASIL, 2009b). Em 2011, o Decreto Nº 7.611 institui a garantia das pessoas com deficiência a acessibilidade à educação. (BRASIL, 2011a). No mesmo ano, o Decreto Nº 7.612 Insere o Plano Viver sem Limite, que possui como eixo a educação, inclusão na sociedade, acesso e também a atenção à saúde. (BRASIL, 2011b).

Em 2014, o PNE define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. Na meta 04 se define o acesso ao ensino básico e atendimento

de forma especializada, contando com recursos multifuncionais e serviços especializados, viabilizando a inclusão. (BRASIL, 2014, p. 24).

A Lei Nº 13.146, de 2015, Institui a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (BRASIL, 2015). Em 2016, a Lei Nº 13.409 garante o direito à reserva de vagas para candidatos com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior em instituições da esfera federal. (BRASIL, 2016).

Ainda, é importante mencionar a Portaria nº 432 do Ministério da Saúde, que garante o fornecimento de próteses auditivas, alterada pelas portarias Nº 587 e Nº 589 que além das próteses auditivas, têm direito ao acompanhamento terapêutico. (VARELLA, 2018).

Consequentemente, segundo Cassiano (2017), essas legislações garantem o direito e a possibilidade à comunicação das pessoas surdas. No entanto, ainda, deixam a desejar pontos como o acesso e permanência nas escolas. Por exemplo, existe a necessidade de intérpretes/tradutores da língua de sinais, haja vista que os professores do ensino regular, na maioria das vezes, não estão preparados para receber esses alunos.

A educação brasileira tem se desenvolvido em um cenário com articulações e concepções diferentes, girando no entorno da gestão educacional e se norteia nas políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, os quais descrevem a natureza da escola e suas finalidades, metas e objetivos. Traçam as especificidades dos sistemas de ensino, buscam a participação social, principalmente, de pais e alunos, e se estrutura na inclusão e democratização educacional. (DOURADO, 2007).

OS INSTRUMENTOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM SURDEZ

Ao se visar uma educação escolar inclusiva, um modelo contextualizado deve ser proposto por meio da cooperação social, visando seu desenvolvimento, ou seja, de uma forma ativa, dialógica, interativa e integradora, onde toda a comunidade escolar participe. A inclusão tem a tendência acarretar transformação no atual mapa da educação na qual a verdadeira cidadania é exercida por todos, onde as diferenças são respeitadas, a inovação profissional busca resolver problemas pedagógicos. (BRASIL, 2000).

Na Educação Básica o emprego de materiais teóricos inclusivos que estruturam ao aluno aprendizagem e o desenvolvimento de forma significativa são indispensáveis. Ter como perspectiva a aprendizagem e o desenvolvimento agregados à subjetividade dos indivíduos, aspectos físicos, emocionais, afetivos, sociais e cognitivos. No processo de ensino-aprendizagem é essencial o uso de métodos democráticos, igualitários e justos, que sejam trabalhados com equidade e que atendam as necessidades sociais e particulares dos indivíduos. (BRASIL, 2016).

Observa-se que a educação brasileira tem passado por diversos problemas, principalmente na rede pública de ensino. Com o abandono escolar, crianças passam pela escola sem mesmo conseguirem se alfabetizar, à falta de concentração dos alunos, seu desinteresse, a violência e indisciplina são as principais causas da dificuldade de aprendizagem. Ademais, em casos peculiares são consideradas as deficiências, como por exemplo, a própria surdez, que dificulta a comunicação do sujeito com o mundo a seu redor. (MAZER, 2009).

No processo de ensino-aprendizagem deve-se considerar, em uma sala de aula, a subjetividade dos indivíduos, os problemas presentes no meio e seus anseios. Utilizar metodologias dinâmicas e diversificadas que se desenvolvam de forma inclusiva. Visar o uso de ferramentas que possibilitem uma melhor troca de informações e conduzam a uma aprendizagem significativa para todos. Desse modo, para iniciar o estudo sobre a educação de Surdos, devem ser ressaltadas características biológicas, sociais, culturais e linguísticas visando desenvolver um trabalho pedagógico de excelência. (HONORA, 2015).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituída na Resolução da CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010, determinam que o cuidado é um princípio que norteia a atitude, o modo prático de realizar-se, de viver e conviver no mundo. Na escola, para se resolver problemas relacionados às condições de aprendizagem apresentadas pelo estudante, devem-se ampliar as dimensões constitutivas do trabalho pedagógico, junto à família, aos órgãos do poder público, a diferentes segmentos da sociedade. (BRASIL, 2010).

Planejar-se torna indispensável, segundo Müller (2013), propor um caminho para bons resultados, definindo objetivos para solucionar problemas educacionais. Na educação deve ser estabelecida de forma democrática e participativa com o uso de estratégias e informações que possibilitem melhorias no seu desempenho e sua evolução, acoplando ações práticas e participativas de toda a comunidade.

Nessa visão deve-se ficar claro que as práticas pedagógicas são estruturadas seguindo as necessidades e subjetividade dos alunos. Assim, o professor deve buscar ferramentas educacionais que supram e visem o desenvolvimento de todos os alunos, inclusive dos alunos que possuam alguma deficiência, seja no meio psicológico, cognitivo ou motor. Ainda, permanece a relevância da formação profissional dos professores para ensinar um grupo com uma diversidade de características, inclusive de alunos deficientes físicos, que não pode ser usada como motivo para exclusão desses alunos, ou seja, cabe ao professor perceber a subjetividade presente dentro da sala de aula e buscar metodologias que atendam as necessidades e pretensões desses alunos de forma inclusiva. (VELTRONE; MENDES).

Nesse foco, quando se retrata os instrumentos de uma educação inclusiva para pessoas com surdez, o papel do professor se torna um dos mais importantes. Para Lopes (2011), o educador possui uma função social e política insubstituível, deve ser crítico e apresentar qualidades para analisar criticamente as características e contextos de vivência pelo grupo de alunos, podendo intervir na realidade e, sobretudo, muda-la.

A inserção dos Surdos na ação de ensino-aprendizagem se dá por meio de um enfoque bilíngue, se considera a língua de sinais como primeira língua e a modalidade oral-auditiva como segunda. (BAGGIO; CASA NOVA, 2017). A inclusão dos alunos Surdos e o atendimento educacional especializado dependem de características como se pode perceber no quadro a seguir:

Inclusão dos alunos Surdos e o atendimento educacional especializado	
Sala de Recursos	Serviço de natureza pedagógica, com a finalidade de apoio à escolarização formal de alunos Surdos matriculados na educação básica, desenvolvido por professores especializado, quando possível com o auxílio de instrutor Surdo. Deve oferecer complementação curricular por meio do acesso à LIBRAS e à modalidade escrita da língua portuguesa desde a educação infantil.
Intérprete de LIBRAS/ Língua Portuguesa	Profissional bilíngue que atua no contexto do ensino regular em que há alunos Surdos que utilizam a língua de sinais, regularmente matriculados nos diferentes níveis e modalidades da educação básica.
Instrutor Surdo de LIBRAS	Profissional que tem como função ensinar e difundir a LIBRAS e os aspectos socioculturais da surdez na comunidade escolar.

Classes de educação bilíngue	Caracterizam-se pela formação de turmas compostas por alunos Surdos e ouvintes, no contexto da escola regular.
Instituições especializadas	Escolas especiais que ofertam em turno contrário atendimentos pedagógicos, aplicados por professores especializados; de natureza terapêutica, desenvolvidos por fonoaudiólogos; e/ou de natureza assistencial, desenvolvidos por psicólogos e/ou assistentes sociais.
Escola de educação bilíngue	Escolas para Surdos com autorização para oferta de educação infantil, ensino fundamental e/ou ensino médio.

Fonte: Quadro adaptado do trabalho de Fernandes (2012).

Quadro 1 – Inclusão dos alunos Surdos e o atendimento educacional especializado

O papel dos gestores e da família dentro da educação inclusiva é percebido em diferentes aspectos, principalmente na gestão democrática, assim existe a necessidade de aproximação desses grupos, atribuição dada normalmente ao orientador pedagógico, pela proposta de atividade que articulem e busquem contribuições das famílias para a escola visando o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa para o aluno. (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008).

Existe, portanto, a necessidade de adaptação dos instrumentos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, Castro Júnior (2015), destaca que dentro da cultura surda o uso da experiência visual como trabalhos que aumentam a visibilidade e estimam a língua de sinais como os videográficos, a LIBRAS, o intérprete de LIBRAS e as adaptações no esporte. Dentro da educação física, por exemplo, no futebol usar uma bandeira ao invés de um apito, no atletismo e na natação os *flash* de luz em substituição do sinal sonoro ou da pistola. Trata de adaptação dos meios de comunicação para o desenvolvimento do conhecimento e a inclusão em atividades.

Em fim, a comunicação é um dos mais importantes instrumentos de uma educação inclusiva, relacionada tanto com as relações interpessoais quanto intrapessoais, trabalhando com as ferramentas para melhorias no convívio social, sentimentos e percepção do mundo. O que dentro do processo de ensino-aprendizagem se estabelece na relação de parceiros/companheiros que unem a habilidade à personalidade. (MINICUCCI, 2013).

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UM DESAFIO DENTRO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Com o início da educação para Surdos, iniciou-se também o desenvolvimento da LIBRAS, no dia 24 de abril de 2002 foi promulgada a Lei de Nº 10.436. Esta Lei reconhece a LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização das comunidades surdas no Brasil, defendendo os direitos dos Surdos, reafirmada em 2005, pelo Decreto de Nº 5.626, tornando obrigatória a inserção da disciplina nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio (curso Normal) e superior (Pedagogia, Educação Especial, Fonoaudiologia e Letras), ressaltando o curso de Licenciatura em Educação Física. Desde então, as instituições de ensino vêm procurando adequar-se a essa lei.

A segunda escola especial para pessoas com deficiência auditiva a ser criada foi o Instituto Santa Therezinha construído em 1929, que atualmente tem como principal objetivo “o desenvolvimento cognitivo-linguístico, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e o Português escrito”. (IST, 2017).

Passaram-se vários anos para que houvesse um crescimento novamente na educação especial no Brasil a partir dos anos 60. De 1974 a 1987 dos 6.463 deficientes auditivos atendidos passou para 19.257, isto é um crescimento da ordem de aproximadamente 198%. Porém o princípio constitucional de acesso ao ensino fundamental está muito distante de ser atingido para pessoas com deficiência auditiva, mesmo aqueles que conseguem vencer essa barreira têm uma estimativa pouco animadora. (DESSEN; BRITO, 1997).

Desse modo, Castro Júnior (2015), destaca a importância de se valorizar a cultura surda a partir da linguagem de sinais. Deve-se deixar claro que a cultura dos Surdos se apresenta de forma heterogênea incluso na sociedade. Assim, existe a necessidade de se estudar a cultura surda e buscar ferramentas que englobe de forma inclusiva suas características e estabeleça uma ponte com as demais culturas presentes na sociedade. Dentro de sala de aula muitas das vezes o Surdo depende do vínculo com o intérprete e não com o professor regente.

A escola brasileira precisa hoje de uma reabilitação em sua metodologia de trabalho para com os que possuem deficiência auditiva, embora este trabalho não seja simples, paradigmas devem ser substituídos pelo bom senso, onde professor deve conhecer sua verdadeira função diante do aluno Surdo, que é ensinar. Ele

deve ter pleno conhecimento da linguagem dos Surdos em especial a LIBRAS. A utilização dos avanços tecnológicos que poderão auxiliá-lo em sala de aula é importante, assim como o uso do lúdico, o educador deve propiciar momentos em que seu aluno aprenda de uma maneira mais descontraída.

Vemos que é com o diálogo que acontece à possibilidade de convívio social, por meio dele ocorre à probabilidade da expansão de grupos. A Língua de Sinais, diferente da Oralização, possibilita a inclusão dos Surdos no ensino regular com amparo de uma língua própria, possibilitando a expressão de qualquer ideia. Já a oralização busca interpretar a língua falada pelos ouvintes. Para o Surdo é mais indicado o uso da LIBRAS ao invés da Oralização, que acaba limitando os Surdos, aos grupos mais próximos de seu convívio, além de ser mais difícil, ainda proporciona certo desconforto (corporal ou emocional) para o Surdo. (FERNANDES, 2012).

É sabido que a LIBRAS é de fundamental importância para a comunicação dos Surdos, entretanto, hoje ainda a sociedade não está preparada para incluir essas pessoas com deficiência física, as famílias ainda se perguntam: que tipo de escola é melhor para educar meu filho? (regular ou especial), até mesmo qual é a melhor forma dele se comunicar através Línguas de Sinais ou Oralização. A família deve contribuir para o desenvolvimento dos alunos, ressaltando a educação especial. (CASTRO JÚNIOR, 2015).

É importante saber que:

As línguas de sinais são visuoespaciais, ou seja, para sua realização, utilizam a visão e o espaço, e não o canal oral-auditivo. Como a língua foi tradicionalmente associada à fala, várias concepções inadequadas surgiram quanto ao estatuto das línguas de sinais como sistemas linguísticos, bem como em relação à compreensão de suas características. (BAGGIO; CASA NOVA, 2017, p. 19).

Diante da passagem acima elencada, deve ser entendido que as línguas de sinais não são uma mistura de mímica e gesticulação, não é uma língua universal, portanto, varia dependendo da região (país ou estado) e tem estrutura linguística própria, com a mesma eficácia de uma língua falada. O aprendizado da língua de sinais é semelhante ao aprendizado de qualquer língua. Desse modo, no Brasil, a comunidade surda considera a LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa como a segunda língua (modalidade oral-auditiva), direito garantido na Lei Nº 10.436

e no Decreto de Nº 5.626.

Dentro do processo de comunicação a LIBRAS segue um parâmetro para a construção de sinais, segundo Fajardo et al., (2015), são eles:

- Ponto de Articulação (PA): pontos do corpo ou próximos a ele que dão origem à execução do sinal em LIBRAS;
- Configuração de Mão (CM): as formas em que a mão ou as mãos são posicionadas para execução do sinal em LIBRAS. A figura 02 a seguir apresenta as 74 CM possíveis segundo o INES:



Fonte: Fajardo et al. (2015).

Figura 02 – 74 Configurações de Mão Possíveis

- Orientação ou Direcionalidade (O/D): direção para a qual a palma da mão aponta quando o sinal é produzido.
- Movimento (M): o deslocamento no espaço durante a realização do sinal. Pode ser Retilíneo, Angular, Sinuoso, Circular, Semicircular ou Helicoidal.
- Expressão facial e corporal (EF/EC): representa a emoção com o objetivo de demonstrar estado emocional do Surdo.

No fim, quando se retrata a educação de Surdos ao estado se da à incumbência de dar suporte. As famílias têm o direito de escolher qual tipo de educação é melhor para seu filho, tal como qual escola é a melhor (regular ou especial). Portanto, elas devem buscar informações sobre qual tipo de método atende as necessidades para o ensino de seu filho, levando em consideração o tipo de criança, as necessidades de aprendizagem e/ou inclusão variam.

UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: O PAPEL DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA SURDOS

A disciplina de Educação Física, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), tem caráter obrigatório na educação básica, facultativa em casos particulares. (BRASIL, 1996). O processo de ensino-aprendizagem de Educação Física, segundo os PCENEM, deve garantir ao aluno o desenvolvimento de competências e habilidades que atendam suas necessidades e anseios. Esta disciplina trabalha com o desenvolvimento corporal e social através de atividades como jogos, danças, esportes, lutas e ginásticas, em meio a teorias psicológicas, sociológicas e concepções filosóficas.

Os PCENEM ressaltam ainda que dentro das aulas de Educação Física os portadores da surdez muitas vezes se sentem excluídos. Nessa visão, cabe ao professor tentar compreender a subjetividade desses alunos e buscar metodologias que melhor atendam suas necessidades. (BRASIL, 2000). A CBDS, por exemplo, luta pela adaptação das diferentes modalidades esportivas para Surdos, com intuito de melhorar a comunicação e o interesse da comunidade surda nas diferentes áreas do conhecimento científico, em meio de diferentes eventos como a Surdolimpíadas. (CBDS, 2018).

Pode-se entender que não existem barreiras corporais no processo de ensino-aprendizagem de Surdos, a atitude do aluno perante as atividades de ensino-

aprendizagem vai depender das atitudes do professor. É possível incluir o aluno as atividades e ao mesmo tempo em que desenvolve sua potencialidade. (BRASIL, 2000).

O professor de Educação Física é o responsável por levar ao aluno novas experiências, trabalhar juntamente com a comunidade escolar, mediando a probabilidade de aumentar a aptidão intelectual, bem como psíquica, motora e cognitiva, levando ao lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções. (BRASIL, 2000). As aulas de Educação Física devem levar o aluno a desenvolver o conhecimento de forma a interligar o processo de ensino-aprendizagem com a cultura corporal do movimento, na qual são trabalhadas as formas de comunicação dos alunos em meio a práticas para melhorar sua desenvoltura interpessoal e intrapessoal em meio a uma perspectiva histórica e cultural. (BETTI; ZULIANI, 2002). Assim, o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem depende da ligação das informações já adquiridas e com novas, isso é no uso de ferramenta de sua eficácia e eficiência para o desenvolvimento de novas habilidades e competências de forma significativa. (CASTORINA et al., 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do proposto, o planejamento com estratégias que visem uma educação escolar inclusiva, uma aprendizagem significativa e um modelo contextualizado de ensino deve ser proposto por meio da cooperação social, objetivando seu desenvolvimento, ou seja, de uma forma ativa, dialógica, interativa e integradora, onde toda a comunidade escolar participe e, sobretudo, sejam consideradas as necessidades dos alunos e seu desenvolvimento.

Entender-se nesse tocante que o papel dos Educadores Físicos está associado à busca de metodologias dinâmicas e diversificadas, às quais devêm incluir todos os alunos e levar à construção do conhecimento com o apoio da escola, família e comunidade. Não se diferencia totalmente dos outros professores, apenas no foco da disciplina, contudo todos buscam a aquisição de competências e habilidades de forma significativa.

Importante salientar que na totalidade do conteúdo apresentado o aluno Surdo, como qualquer aluno, é subjetivo, prontamente, dentro do processo de ensino é necessário dispor de ferramentas que atendam suas necessidades e anseios, garantindo seus direitos por uma educação de qualidade, democrática, justa e inclusiva. Nesse foco, percebe-se as conquistas da comunidade surda brasileira durante o desenvolvimento da sociedade, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei Nº 10.436 e do Decreto de Nº 5.626 em meio a comunicação e inclusão na sociedade, dentre as quais a garantia do uso da LIBRAS como primeira língua para Surdos.

A LIBRAS é uma ponte da comunicação dos Surdos com o resto do mundo. Dentro do processo de ensino-aprendizagem é a linguagem que articula grande parte das informações a serem compreendidas. Contudo, por ser uma língua diferente torna difícil a comunicação e as escolas muito das vezes não tem preparo para atender esses alunos ou o professor não possui especialização ficando para o interprete de LIBRAS fazer essa comunicação entre o professor e aluno dificultando o processo de aprendizagem.

Considera-se que no processo de ensino-aprendizagem o uso da inclusão tende a trazer mudanças no atual mapa da educação, onde a verdadeira cidadania é exercida por todos e as diferenças são respeitadas e a inovação profissional busca

resolver problemas pedagógicos. Leva o uso de metodologias para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. **LIBRAS**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação física escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Rev. Mackenzie de Edu. Física e Esporte**, São Paulo, ano 01, n. 01, 2002. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363/1065>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 93/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): 2º Versão Revista**. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**, Resolução da CNE/CEB Nº 4, Brasília: Ministério da Educação, 1999b.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, Resolução da CNE/CEB Nº 4, Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**, Parecer da CNE/CP Nº 9, Brasília: Ministério da Educação, 2001b.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução da CNE/CEB Nº 17, Brasília: Ministério da Educação, 2001c.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução da CNE/CEB Nº 2, Brasília: Ministério da Educação, 2001a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**, Resolução da CNE/CEB Nº 4, Brasília: Ministério da Educação, 2009b.

BRASIL, Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica. **Relações interpessoais**: abordagem psicológica. Publicações do Profuncionário. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/04_rel_int_pes.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (PCNEM)**, Parte I Bases Legais e Parte III Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação em Movimento**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)**. Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). Brasília: Ministério da Educação, 2005a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 10.436** de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 24 abr. de 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.146** de 06 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 06 de julho de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.409** de 28 de dezembro de 2016 – Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Diário Oficial da União, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Presidência da República. **Portaria Nº 1.793**, de 01 de dezembro de 1994. Brasília: Presidência da República, 1994.

BRASIL, Presidência da República. **Portaria Nº 3.284**, de 07 de novembro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1999a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 5.296** de 02 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 02 de dezembro de 2004a.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 22 de dezembro de 2005b.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, 24 de abril de 2007.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 17 de novembro de 2011a.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Nº 7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília: Diário Oficial da União, 17 de novembro de 2011b.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Executivo Nº 6,949**, de 25 de agosto

de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Diário Oficial da União, 25 de agosto de 2009a.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Legislativo Nº 186**, de 10 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Diário Oficial da União, 10 de julho de 2008.

CARVALHO, Ananda dos Santos. **Educação Inclusiva: Práticas docentes frente à deficiência auditiva**. Guarulhos: Faculdade Anhanguera, 2017.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo. ALMEIDA, Wolney Gomes (ORG). **Educação de Surdos: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus, BA: Editus, 2015. p. 11-26.

CASSIANO, Paulo Victor. O Surdo e seus direitos: os dispositivos da Lei 10.436 e do Decreto 5.626. **Revista Virtual de Cultura Surda**. Petrópolis – RJ, n. 21, p. 01-28, maio 2017. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/3%C2%BA%20Artigo%20de%20Cassiano.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CASTORINA, José A. et al. **Desenvolvimento cognitivo e educação**. Porto Alegre: Penso, 2014.

_____. CBDS, Confederação Brasileira de Desportos de Surdos. 2017. Disponível em <http://cbds.org.br/?page_id=3415>. Acesso em: 05 dez. 2017.

COLL, César. Construtivismo e Intervenção Educativa: Como Ensinar o Que Deverá Ser Construído? In: BARBERÀ, Elena (Org.). **O Construtivismo na prática**: Série: Inovação Pedagógica. ArtMed, 2015, p. 15-38.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRITO, Angela Maria Waked de. Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 12-13, p. 111-134, ago. 1997 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 maio 2018.

FARJADO, I. et al. Mapeamento Estruturado de LIBRAS para utilização em sistemas de comunicação. In: **1º International Workshop on Assistive Technology**. Vitória

(ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 02 fev. 2015. p. 188-191.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdo**: Série Inclusão Escolar. Curitiba: InterSaberes, 2012.

HONORA, Marcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez**: concepção e alfabetização: ensino fundamental, 1 ciclo. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos. 2018. Disponível em: <<http://ines.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. ITS, Instituto Santa Teresinha. 2017. Disponível em: <<https://www.institutosantateresinha.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LIBÂNIO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? A identidade do professor na contemporaneidade. In: Conferência proferida no IV Encontro Nacional das Licenciaturas e o III Seminário Nacional do PIBID. O presente texto é uma versão revisada da comunicação oral. **Anais**: Diversidade e complexidades dos espaçotempos da formação dos professores. Curitiba – PR. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2015.

LOPES, Rita de Cássia Soares. A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem. **Obtido a**, v. 9, p. 1534-8, 2011.

MAZER, Sheila Maria; BELLO, Alessandra Cristina Dal; BAZON, Marina Rezende. Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados. **Psicologia e Educação**, São Paulo, n. 28, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MÜLLER, Cláudio José. **Planejamento estratégico, indicadores e processos**: uma integração necessária. São Paulo: Atlas, 2014.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações Humanas**: psicologia das relações interpessoais. 6. ed. Psicologia das Relações Interpessoais. São Paulo: Atlas, 2013.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. O orientador educacional no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 47, p. 101-120, Jul. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0102-46982008000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 maio 2018.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: Uma Perspectiva Historico-cultural. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Aparelhos Auditivos**. Portal Drauzio Varella, [S.l.: s.n.] 2018. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/aparelhos-auditivos/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, n. 09, 2007, São Paulo. **A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão**: Comunicação Científica. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2007. p. 02-08.